



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2806 / 2021  
Folhas: 314 rub. lsmc  
SETOR DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 098/2021

OBJETO: EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS DE MADEIRA BRUTA, CERRADA E BENEFICIADA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2806/2021 EDITAL: 044/2021 PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 28/07/2021

EMPRESA: LL GASPAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

ENDEREÇO: RUA OSCAR CARVALHO JARDIM, 182 – MATURUNA – CASIMIRO DE ABREU-RJ

CNPJ: 22.223.078/0001-08

TELEFONE: 22-2778-1682/98124-7017

E-MAIL: llgasparcasimiro@gmail.com

Ao terceiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, na sala do Órgão Gerenciador, situado na Praça Visconde Figueira, s/n, segundo andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, o responsável pelo Órgão Gerenciador, Sr.<sup>a</sup> Maria Cristina Cretton França, nos termos do Decreto Municipal nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017 e alterações posteriores, face a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL através do procedimento do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS e, ainda, em virtude da deliberação do Exmº Sr. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Pinheiro Pinto, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa acima identificada, neste ato representada por Leonardo José Ribeiro Gaspar, portador(a) da carteira de identidade nº 28.967.556-3, conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UN.	DESCRIÇÃO	LL GASPAR	
				UNIT.	TOTAL
005	117	UN.	Chapa de compensado, virola amescla, medidas 2,20 x 1,60 x 0,20.	R\$ 245,20	R\$ 28.688,40
007	102	UN.	Chapa de compensado, cedro, medidas 2,20 x 1,60 x 0,10.	R\$ 176,10	R\$ 17.962,20
008	114	UN.	Chapa de compensado, cedro, medidas 2,20 x 1,60 x 0,15.	R\$ 241,25	R\$ 27.502,50
009	122	UN.	Chapa de compensado, cedro, medidas 2,20 x 1,60 x 0,20.	R\$ 313,40	R\$ 38.234,80
TOTAL				R\$ 112.387,90	

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto é o EVENTUAL FORNECIMENTO DE PEÇAS DE MADEIRA BRUTA, CERRADA E BENEFICIADA, com estrita observância de todas as exigências, prazos, especificações, normas técnicas, condições gerais e especiais contidas no EDITAL 044/2021 e nos seus anexos, inclusive o TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante e inseparável do edital, independente de transcrição, conforme abaixo:

### 2. DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

### 3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PARA O FORNECIMENTO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2806 / 2021  
Folhas: 315 rub. fmc  
SETOR DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

**3.1.** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **02 (dois) dias** retirar a **nota de empenho** após a convocação realizada pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**.

**3.2.** O prazo para o fornecimento do material é de **05 (cinco) dias**, contados a partir da **emissão da nota de empenho**, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores**, especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

**3.3.** O fornecimento do objeto deverá ser realizado a partir de requisição no sistema Online Orçamentário da Secretaria, especificando quantidade, descrição completa do material e finalidade, que será encaminhado à Secretaria de Planejamento para averiguação de dotação orçamentária.

## 4. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

**4.1.** Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias assinar o termo de contrato** após a convocação realizada pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**.

**4.2.** Durante o prazo de vigência da ata de registro de preço, o licitante vencedor poderá ser convocado para assinar quantos contratos forem necessários para suprir a necessidade da **SECRETARIA SOLICITANTE**.

**4.2.1.** A convocação da empresa vencedora para assinar o **contrato** será realizada através do e-mail indicado pela empresa na proposta de preços ou através de publicação no **sítio [www.santoantoniodepadua.rj.gov.br](http://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br) (Portal da Transparência)** ou através de publicação no Jornal "Opção do Noroeste" ou no "Diário Oficial da União".

**4.3.** Os quantitativos de cada contrato serão definidos conforme a necessidade da **SECRETARIA SOLICITANTE**.

**4.4.** O prazo contratual será de no máximo **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores**, especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57** do referido diploma legal.

**4.5.** O início do prazo contratual deverá ocorrer no período de vigência da ata de registro de preços, podendo, portanto, ultrapassar a vigência final do respectivo instrumento.

## 5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**5.1.** O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002**, quando:

**5.1.1.** Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não **assinar a ata de registro de preços e/ou retirar a nota de empenho e/ou assinar o termo de contrato**;

**5.1.2.** Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame;

**5.1.3.** Ensejar retardamento da execução do objeto;

**5.1.4.** Não mantiver a proposta;

**5.1.5.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;

**5.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo;

**5.1.6.1.** O comparecimento de interessado para fins de participação no certame licitatório, **sem** a observância dos impedimentos e vedações previstos em lei e na **cláusula 9.3.** do edital importa em comportamento inidôneo.

**5.1.6.2.** Reputar-se como inidôneos os atos descritos nos **artigos 92, § único, 96 e 97, § único da Lei Federal nº 8.666/1993**.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	2806 / 2021
Folhas:	316 rub. lome
SETOR DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

5.1.6.3. O uso ilícito do direito de preferência assegurado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) para oferta de lances em licitações, pelo amparo em declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a declaração de inidoneidade do licitante fraudador (**art. 46 da Lei 8.443/1992**). **Acórdão nº16768/2021 - TCU - Plenário.**

5.1.7. Cometer fraude fiscal.

5.2. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

5.2.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

5.2.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, **20% (vinte por cento)** do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

5.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, por prazo não superior a dois anos;

5.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

5.3. A **advertência** será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **fornecimento do material**.

5.4. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

5.4.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

5.4.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

5.4.3. Rescisão do contrato;

5.4.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.4.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

5.4.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5.5. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

5.6. Ocorrendo atraso injustificado no **fornecimento do material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

5.7. A recusa injustificada do licitante vencedor em **assinar a ata de registro de preços e/ou retirar a nota de empenho e/ou assinar o termo de contrato**, no prazo estipulado, importa inexecução total da obrigação, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades prevista, inclusive multa, que não excederá, em seu total, **20% (vinte por cento)** do valor da parcela inadimplida, facultando o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** a convocar o licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/1993**.

5.8. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

5.9. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

5.10. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	2806 / 2021
Folhas:	317 rub. Lmrc
SETOR DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de cheque nominal ou depósito em conta bancária indicada, por intermédio da apresentação de fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira**.

6.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

6.4. Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.

6.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira**.

## 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer na quantidade requisitada rigorosamente conforme as especificações contidas na Ata de Registro de Preços a serem cumpridas por quem atestar o recebimento e quando autorizado pelo CONTRATANTE através do **Órgão Gerenciador**;

7.2. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o **artigo 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93**;

7.3. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente na nota de empenho, atentando-se e responsabilizando-se por quaisquer inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

7.4. Que o material constante na Ata seja entregue e descarregado de acordo com o endereço indicado pelo Órgão Gerenciador.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

8.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

8.3. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

8.4. Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

8.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

8.6. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

## 9. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	2806 / 2021
Folhas:	318 rub. Lome
SETOR DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

9.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.

9.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.

9.6. Ficará a cargo de um **servidor designado pela Secretaria Solicitante**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material.

9.7. Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

## 10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação.

## 11. DAS SANÇÕES

11.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02**, quando:

11.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato;

11.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame

11.1.3. Ensejar retardamento da execução do objeto;

11.1.4. Não mantiver a proposta;

11.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.7. Cometer fraude fiscal.

11.2. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

11.2.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

11.2.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

11.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.3. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto**.

11.4. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

11.4.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

11.4.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	2806 / 2021
Folhas:	319 rub. <i>lome</i>
SETOR DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

11.4.3. Rescisão do contrato;

11.4.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

11.4.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

11.6. Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

11.7. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8. 666/93**.

11.8. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de **03 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

11.9. As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

11.10. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

11.11. Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93**, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

## 12. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

*“Art. 16 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.*

*Art. 17 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.*

*§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

## Estado do Rio de Janeiro ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	2806 / 2021
Folhas:	320 rub. Jmc
SETOR DE LICITAÇÃO PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Art. 18** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

**I** - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**II** - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo único.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**Art. 19** O registro do fornecedor será cancelado quando:

**I** - descumprir as condições da ata de registro de preços;

**II** - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**IV** - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7º nº 10.520, de 2.002.

**Parágrafo único.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 20** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**I** - por razão de interesse público; ou

**II** - a pedido do fornecedor.”

### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho e Elemento da Despesa do Orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER** e **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, abaixo especificada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL			
Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Despesa	Fonte de Recurso
15.452.0001 2.017	3.3.90.30.00.00.00	88	RP





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2806 / 2021  
Folhas: 321 rub. Lome  
SETOR DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

15.452.0001 2.017	3.3.90.30.00.00.00	89	ROYALTIES
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
04.122.0001 2.012	3.3.90.30.00.00.00	42	RP
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
06.182.0001 2.158	3.3.90.30.00.00.00	276	RP
06.182.0001 2.158	3.3.90.30.00.00.00	277	ROYALTIES
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
08.122.0001 2.129	3.3.90.30.00.00.00	377	RP
08.122.0002 2.130	3.3.90.30.00.00.00	383	RP
08.122.0092 2.141	3.3.90.30.00.00.00	419	RP
08.122.0121 2.143	3.3.90.30.00.00.00	425	RP
08.122.0125 2.151	3.3.90.30.00.00.00	434	RP
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
04.122.0001 2.152	3.3.90.30.00.00.00	252	RP
27.812.0127 2.153	3.3.90.30.00.00.00	255	RP
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
12.361.0001 2.043	3.3.90.30.00.00.00	109	100 – impostos e transf. de impostos
12.361.0014 2.046	3.3.90.30.00.00.00	119	100 – impostos e transf. de impostos
12.365.0015 2.047	3.3.90.30.00.00.00	128	100 – impostos e transf. de impostos
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
20.122.0001 2.053	3.3.90.30.00.00.00	154	RP
20.122.0001 2.053	3.3.90.30.00.00.00	155	ROYALTIES
20.608.0020 2.102	3.3.90.30.00.00.00	162	RP
20.608.0020 2.102	3.3.90.30.00.00.00	163	ROYALTIES
20.608.0051 2.056	3.3.90.30.00.00.00	173	RP
20.608.0001 2.056	3.3.90.30.00.00.00	174	ROYALTIES
<b>ASSESSORIA DIRETA DO GABINETE</b>			
<b>Programa de Trabalho</b>	<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
04.122.0001 2.003	3.3.90.30.00.00.00	6	RP
04.126.0001 2.005	3.3.90.30.00.00.00	13	RP
04.122.0001 2.003	3.3.90.30.00.00.00	571	ROYALTIES

Maria Cristina Cretton França  
Responsável pelo Órgão Gerenciador

LL GASPAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA  
Leonardo José Ribeiro Gaspar



### PROCURAÇÃO PARTICULAR

PROCESSO: 2806 / 2021  
Folhas: 322 rub. *lome*  
SETOR DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DE PÁDUA

#### OUTORGANTE:

A LL Gaspar Comércio e Serviços LTDA, inscrito no CNPJ Nº 22.223.078/0001-08, sediada no endereço Rua Oscar Carvalho Jardim, nº 182, Vila Mataruna – CEP: 28.860-000, neste ato representado pelo sócio Sr. LUIZ HENRIQUE GASPAR FILHO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade de RG nº 20.468.463-3 expedida pelo CRJ/RJ, inscrita no CPF sob o nº 140.979.267-64, residente e domiciliado a Rua Arthur de Azevedo Werneck, 257, Casa – Vila Mataruna – Casimiro de Abreu - RJ.

#### OUTORGADO:

ROGER GOMES DE FIGUEIREDO, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º 20.208.874-6, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF n.º 153.045.757-25, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 38, Santa Terezinha – Casimiro de Abreu - RJ, CEP: 28.860-000.

#### PODERES:

Pelo presente Instrumento de particular de procuração a empresa outorgante, pelo sócio Sr. LUIZ HENRIQUE GASPAR FILHO, nomeia e constitui o outorgado acima qualificado, seu bastante procurador para representá-lo. Fica outorgada autorizadas as Repartições Públicas, Federais, Municipais e Estaduais e perante sociedade de economia mista, podendo para tanto, assinar e requerer documentos, podendo prestar esclarecimento, formular lances verbais assinar atos e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recursos, manifestar-se quanto à desistência desde e praticar todos os demais atos inerentes ao certame e tudo mais se fizer necessário para o bom e fiel cumprimento do presente mandato enfim amplos poderes para praticar todos os atos para fiel cumprimento dessa procuração.

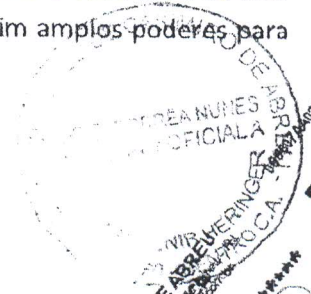
Casimiro de Abreu/RJ, 02 de Outubro de 2020.

EMPRESA: LL GASPAR Comércio e Serviços LTDA  
CNPJ Nº: 22.223.078/0001-08

22.223.078/0001-08  
LL GASPAR CONSTRUÇÕES  
E REFORMAS LTDA - ME  
RUA OSCAR CARVALHO JARDIM 182  
QUADRA 0013 LT 007 - VILA MATARUNA  
CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

*[Handwritten Signature]*  
LUIZ HENRIQUE GASPAR FILHO

SERVIÇO DO OFÍCIO ÚNICO DE CASIMIRO DE ABREU - RJ  
RECEBIDA EM 02/10/2020  
LUIZ HENRIQUE GASPAR FILHO  
En Teles - da verdade. Conf. por: *[Handwritten Signature]*  
Sala: Edifício P10 - https://www.rrj.rj.gov.br/portal/pt-br/assessoria-legal  
CRISTIANO DE ABREU - RJ 02/10/2020 - Valor: R(\$) 18,20  
BARBARA CORREA NUNES - TABELIA SUBSTITUTA  
Distribuída Corréa Nunes  
Tabela Substituída  
MARCIA SILVA DE A.





PROCESSO: 2806 / 2021  
Folhas: 323 rub. como  
SETOR DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

QR-CODE



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CATEGORIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RJ

NOME: ROGER GOMES DE FIGUEIREDO

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF: 202088746 DETRAN RJ

CPF: 153.046.757-25 DATA NASCIMENTO: 17/03/1999

FILIAÇÃO: CARLOS ALBERTO ELIAS DE FIGUEIREDO  
ROGERIA BASTIDA GOMES DE FIGUEIREDO

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: AB

Nº REGISTRO: 06765020419 VALIDADE: 23/01/2026 1ª HABILITAÇÃO: 08/12/2016

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: *Roger Gomes de Figueiredo*

LOCAL: RIO BONITO, RJ DATA EMISSÃO: 26/03/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

50898683186  
RJ351262220

RIO DE JANEIRO

DENATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2185138176

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN